



O Orientalismo No Discurso Da Mídia: A Cobertura da Folha de São Paulo Durante A Revolução Egípcia De 2011¹

João Victor Borba MOURA E SILVA²

Ada Cristina Machado da SILVEIRA³

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

Resumo

Este artigo pretende investigar a cobertura do jornal Folha de São Paulo aos protestos que levaram a deposição de Hosni Mubarak no Egito – eventos que ficaram conhecidos como Revolução Egípcia de 2011. Este estudo abordará a questão a partir do ponto de vista do Orientalismo, de Edward Said, procurando identificar na cobertura a validade dos conceitos apresentados naquela obra no discurso jornalístico durante a cobertura desenvolvida pelo jornal. A interpretação do material coletado será feita tendo por base a Análise do Discurso de corrente francesa, a partir das contribuições de Michel Pêcheux e Eni Orlandi.

Palavras-chave

Análise do Discurso; Egito; Folha de São Paulo; Orientalismo.

Introdução

2008 foi um ano marcado pelo início de uma crise bastante profunda no sistema capitalista. Esta crise afetou frontalmente a geração de emprego e renda. Três anos depois, em 2011, tivemos doze meses marcados por uma intensa mobilização popular nos mais diversos pontos do planeta. Dessas mobilizações, a egípcia foi, sem dúvida, aquela que mais ganhou projeção. Isto se deveu ao fato da importância no país em diversos aspectos: cultural, militar e economicamente. Como uma resposta de médio prazo à crise, milhões de egípcios saíram às ruas e derrubaram, em menos de três semanas, um ditador há mais de trinta anos no poder. A sequência de fatos iniciados no dia 25 de janeiro foram apelidadas de “revolução egípcia de 2011”.

O movimento egípcio se inspirou naquele ocorrido na Tunísia em janeiro do mesmo ano, e foi dado bastante destaque a presença da internet e das redes sociais no

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2012.

² Mestrando em Comunicação Midiática, bolsista CAPES/CNPq, Universidade Federal de Santa Maria, jvmouraesilva@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora Dra. do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, ada.machado@pq.cnpq.br



movimento contra Mubarak, ditador egípcio. Valores como democracia e liberdade eram pontos fundamentais das reivindicações dos manifestantes.

Tendo isso em vista, este trabalho visa investigar, na cobertura de um jornal brasileiro, a forma como o chamado Orientalismo influenciou a cobertura desses fatos. Compreendemos que os valores reiterados nas manifestações têm bastante suporte numa certa “cultura ocidental”, que prezaria por valores como democracia e liberdade de expressão. A partir disto, da cobertura de fatos no Oriente que reiteram esses valores ocidentais que procuramos investigar como o chamado “orientalismo” – dentro da concepção de Edward W. Said para o termo – mantém sua validade teórica.

Tendo este fundo teórico *saidiano*, nossa análise será feita da leitura dos materiais noticiosos do jornal Folha de São Paulo (FSP) a partir da perspectiva da Análise do Discurso francesa, com base em Michel Pêcheux e Eni Orlandi.

Metodologia

Said, em *Orientalismo*, o Oriente como invenção do Ocidente, faz um grande apanhado do que ele define como o “orientalismo”. Para ele, esse termo tem três definições interdependentes: o orientalismo acadêmico “Qualquer um que dê aulas, escreva ou pesquise sobre o Oriente” (SAID, 1990, p.13), o orientalismo como estilo de pensamento (SAID, 1990, p.13) que ele categoriza como baseada em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre oriente e ocidente e, além destes, um terceiro,

a *instituição* organizada para negociar com o Oriente - negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o: em resumo, o orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente. (SAID, 1990, p.14, grifo nosso)

A partir destas três definições, Said passará a explicar para que serve esta visão orientalista. Para o autor, o orientalismo é

Antes uma *distribuição* de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos; é uma *elaboração* não só de uma distinção geográfica básica (o mundo é feito de duas metades, o Ocidente e o Oriente), como também de toda uma série de “interesses” que, através de meios como a descoberta erudita, a reconstrução filológica, a análise psicológica e a descrição paisagística e sociológica, o orientalismo não apenas cria como mantém; ele é, em vez de expressar, uma certa *vontade* ou *intenção* de entender, e em alguns casos controlar, manipular e até incorporar, aquilo que é um mundo manifestamente diferente (ou alternativo e novo) [...] (SAID, 1990 p. 24 grifo do autor)



Dessa forma, o autor chegará a uma certa definição do orientalismo como uma *visão*, que o autor coloca em oposição à *narrativa histórica*. Esta visão seria fechada, produzindo uma fórmula pronta que captasse toda a essência do Oriente. Já a narrativa histórica demonstraria o contrário, que pelas mudanças esta visão seria totalmente insuficiente.

Said ainda conceituará o que chama de quatro dogmas orientalistas:

Os principais dogmas do orientalismo existem hoje em sua forma mais pura nos estudos sobre os árabes e sobre o islã. Vamos recapitulá-los aqui: um é a absoluta e sistemática diferença entre o Ocidente, que é racional, desenvolvido humanitário e superior, e o Oriente, que é aberrante, subdesenvolvido e inferior. Outro é que as abstrações sobre o Oriente, particularmente as que se baseiam em textos que representam uma civilização oriental „clássica“, são sempre preferíveis às evidências diretas extraídas das realidades orientais modernas. Um terceiro dogma é que o Oriente é eterno, uniforme e incapaz de definir a si mesmo; presume-se, portanto, que um vocabulário altamente generalizado e sistemático para descrever o Oriente de um ponto de vista ocidental é inevitável e até cientificamente „objetivo“. Um quarto dogma é que o Oriente, no fundo, ou é algo a ser temido (o Perigo Amarelo, as hordas mongóis, os domínios pardos) ou a ser controlado (por meio da pacificação, pesquisa e desenvolvimento, ou ocupação pura e simples sempre que possível). (SAID, 1990 p. 305)

Neste trabalho caberá a nós tentar compreender se – e como - tais dogmas se apresentam na cobertura do jornal Folha de São Paulo. Antes disso, no entanto, para que possamos permanecer na perspectiva da narrativa histórica que Said nos apresenta, é preciso passar à revisão dos conceitos do Orientalismo de Said – obra escrita ainda nos anos setenta – e aproximar tais conceitos da Comunicação.

Castro (2007), em “Orientalismo na imprensa brasileira, a representação de árabes e muçulmanos nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo antes e depois de 11 de setembro” vai analisar a forma como se deu a cobertura da FSP e de O Estado de São Paulo antes e depois dos atentados de 11 de setembro. A autora chega a conclusão de que há como identificar uma visão orientalista nos dois recortes propostos. Em especial na violência: “[...] o Orientalismo esteve presente nos dois recortes, antes e depois de 11 de setembro de 2001. Enquanto no primeiro a violência de árabes e muçulmanos foi destacada, no segundo, a violência contra eles foi suavizada” (CASTRO, 2007 p. 153)



A partir destas apropriações do orientalismo, de seu *modus operandi* e de sua presença permanente nas mais diversas áreas do conhecimento, cabe agora definirmos o modo como vamos investigar a presença destes dogmas no jornal Folha de São Paulo.

A Análise do Discurso francesa é que nos dará as bases metodológicas. A análise do discurso de Pêcheux e Fuchs (1997) se baseará na noção de formações ideológicas para trabalhar o discurso. Para os autores, o sujeito será interpelado pela ideologia em seu discurso e discurso e ideologia são impossíveis de se identificar como partes separadas. Para os autores é a partir de uma determinada formação ideológica que diversas formações discursivas darão conta do que pode e deve ser dito:

a *espécie* discursiva pertence, assim pensamos, ao *gênero* ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas [...] comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e o que deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura [...] diremos, então que toda formação discursiva deriva de *condições de produção específicas*” (FUCHS; PÊCHEUX, 1997 p. 166 et seq.)

Orlandi (2005) se baseará então nestes autores para propor um método para uma Análise do Discurso. O analista passará por três fases para a análise, buscando compreender a *materialidade linguística* do dito, buscando desfazer a noção de que aquilo que foi dito só poderia ter sido feito daquela maneira e buscando entender as condições de produção do dito. A autora dividirá a análise em três fases que sairão da superfície linguística, passarão pelo objeto discursivo e chegarão ao processo discursivo (ORLANDI, 2005 p. 77).

Na dispersão de textos que constituem um discurso, a relação com as formações discursivas é fundamental, por isso, no procedimento de análise, devemos procurar remeter os textos ao discurso e esclarecer as relações deste com as formações discursivas pensando, por sua vez, as relações destas com a ideologia. Este é o percurso que constitui as diferentes etapas da análise, passando-se da superfície linguística ao processo discursivo (ORLANDI, 2005 p. 71)

análise dos dados

Para nossa pesquisa, estabelecemos como limites da busca sobre a cobertura da revolução no Egito o período entre o dia 26 de janeiro – o primeiro em que há material sobre os protestos no Cairo iniciados no dia anterior, 25 – e o dia 18 de fevereiro – sete dias depois da queda de Mubarak, ocorrida no dia 11 de fevereiro de 2011 – totalizando 24 edições pesquisadas. A busca foi efetuada pelo acervo *online* do jornal por meio da



palavra-chave “Egito”. Dessa forma foram encontradas 260 materiais, em 11 cadernos do jornal.

A partir desse número considerável, pudemos estabelecer basicamente os assuntos mais destacados pelo jornal. São eles: a) a posição do governo americano perante as manifestações; b) a relação entre Egito e Israel e o tratado de paz acordado entre estes países; c) a democracia no contexto do mundo árabe; d) Irã e Turquia, exemplos da relação Islã – governos; e) a Irmandade Muçulmana.

Cada um desses temas ganhou considerável cobertura por parte do jornal. A posição do governo americano perante as manifestações foi bastante destacada no início da cobertura, quando os EUA passaram, em menos de uma semana, do apoio à Mubarak para as tratativas de sucessão ao ditador. A relação entre Egito e Israel ganhou importância na cobertura a partir do temor de que o tratado de paz assinado pelos dois países durante a ditadura de Mubarak fosse invalidado pelos sucessores vindos das manifestações. A democracia no mundo árabe foi bastante discutida como possibilidade, em oposição a possibilidade de se instaurar uma teocracia islâmica depois da queda de Mubarak. Irã e Turquia foram diversas vezes lembrados como exemplos do que poderia acontecer no Egito. Irã, por um lado, era o exemplo negativo por conta de seu regime teocrático e a Turquia, por outro lado, era saudada como um exemplo positivo, onde islamismo e democracia coexistem. Por fim, foi bastante recorrente a caracterização do que seria a Irmandade Muçulmana. O grupo, que aparecia com grande força para a disputa das eleições, era visto com ressalvas por conta de seu passado ligado ao terrorismo.

Do texto à formação discursiva orientalista na Folha de São Paulo

Procurando sair do texto para chegar às formações discursivas, como coloca Orlandi (2005), selecionamos, do extenso *corpus*, dois materiais que pudessem representar de certa forma a totalidade da cobertura, procurando retirar deste material aquilo que de mais significacional surgiu da cobertura feita pela FSP.

O editorial de FSP “Festa e Paradoxo” do dia 12 de fevereiro trata da queda do ditador, declarada horas antes. Abaixo o subtítulo “Derrubada da ditadura de Hosni Mubarak dá lição ao Ocidente e cria a chance de unir-se pela primeira vez, no Egito, laicismo e democracia” (FESTA e paradoxo. **Folha de São Paulo**, 12 de fev.).

O texto inicia mostrando que os protestos ganharam bastante destaque: “As cenas de entusiasmo, culminando 18 dias de mobilização civil, ganharam as atenções e a simpatia do mundo inteiro.” Como pode se ver, o texto traz a ideia de “mundo inteiro” ao tratar



do tema, termo abrangente. Vê-se, já nessa primeira frase, a tendência de apoio à queda de Mubarak com a adjetivação “simpatia”, sem, no entanto, declarar simpatia do jornal, mas do “mundo inteiro”, forma também de deslocar a atenção do apoio do jornal mostrando que ela é geral.

Depois de comparar o que ocorreu no Egito com outras quedas de governo, principalmente aquelas ocorridas no Leste Europeu entre o fim da década de 80 e início da década de 90, o texto segue:

Uma coisa, contudo, é registrar essa simpatia à distância, inspirada em valores universais; outra é levar em consideração a realidade concreta de um país, atravessado de tendências políticas contraditórias e de aspirações não raro conflitantes entre si. (FESTA e paradoxo. **Folha de São Paulo**, 12 de fev.)

Novamente os termos tratam de “valores universais”, os quais, aqui, pareceriam descontextualizados, não fosse o subtítulo da matéria que fala de “laicismo e democracia” e o que segue no texto. Pode-se ver também que a simpatia à distância não é suficiente, por isso fala-se a seguir em “realidade concreta”, o termo “concreta” reforçando a ideia de “realidade”. Seguirá então a leitura desta realidade visto a partir dessas “tendências políticas contraditórias” e “aspirações conflitantes”: “Em que medida se pode antecipar, para a nação egípcia, um futuro de consolidação democrática baseada num governo laico?”

Aqui se coloca uma questão em relação à realidade egípcia, evocada no parágrafo anterior. O uso da pergunta age como forma de pôr em dúvida as possibilidades e, ao mesmo tempo, não se comprometer com uma ou outra posição. No entanto, a pergunta já mostra uma formação discursiva, mesmo que a tente escondê-la em forma de pergunta. Novamente, como visto no título e poderá ser visto a seguir, a ideia é condicionar o primeiro ponto, democracia, ao segundo ponto, laicismo. Para o autor parece claro que o primeiro não tem condições de existir sem o segundo: “Seria extremamente arriscado vaticinar o desfecho de uma disputa que, a rigor, mal se adivinha: a que opõe os setores modernos da sociedade egípcia e as organizações historicamente ligadas ao fundamentalismo islâmico” (FESTA e paradoxo. **Folha de São Paulo**, 12 de fev.).

Aqui se manifesta aquilo que Said (1990) vai chamar “orientalismo”, a ideia de “setores modernos” em oposição às “organizações historicamente ligadas ao fundamentalismo islâmico”, que é, assim, algo “atrasado”. “Um dos paradoxos políticos daquele país, também presente em outras nações árabes, é que dois aspectos fundamentais do Estado



moderno -a democracia e o laicismo- não puderam combinar-se”(FESTA e paradoxo.

Folha de São Paulo, 12 de fev.).

A situação egípcia é vista como “paradoxal”, pelo país não ter alcançado aspectos chamados “fundamentais” no texto, “a democracia e o laicismo”. Aí, mais uma vez, percebe-se uma visão orientalista que coloca o Egito em uma posição rebaixada, incapaz até mesmo de combinar aspectos fundamentais do Estado moderno.

Os dois parágrafos que se seguem mostram certa contradição, vejamos:

Do ponto de vista teórico, seria incorreto dizer que essa dupla conquista moderna não passa de uma particularidade do Ocidente, pretensiosamente elevada à condição de verdade universal.

Bem ao contrário, consiste a rigor numa garantia, quase que matemática, de que através do respeito generalizado às minorias, ao livre culto religioso e à participação dos cidadãos, todas as particularidades, todas as "diferenças", possam coexistir num mesmo território (FESTA e paradoxo. **Folha de São Paulo**, 12 de fev.)

Temos, inicialmente, a impressão de que o autor referendará o ponto de vista teórico. No entanto, percebemos que, mesmo que adjective a democracia e o laicismo como “dupla conquista moderna” no decorrer do primeiro parágrafo, adjectivação que o autor defenderá, ele passa a dizer que, do ponto de vista teórico, essas conquistas são uma particularidade ocidental (termo que veremos, em seu uso, mais adiante) elevada à condição de verdade universal.

“Bem ao contrário”, dirá, é, “a rigor” (termo que reforça a ideia) uma “garantia, quase que matemática”. “Garantia” mostra a segurança do autor no que dirá na sequência, reforçada pelo “quase que matemática”, referenciando a matemática como se faz muitas vezes com a ciência. O autor faz, então, longa definição da “dupla conquista” e coloca-as como necessárias, ou, como tinha dito no início do texto, “fundamentais”.

Esse pressuposto teórico não deixou, ao longo dos anos, de deturpar-se de vários modos, quando os interesses do Ocidente se voltaram aos assuntos internos de cada país árabe.[...] Ditaduras foram prestigiadas, assim, como um "mal menor" frente à ameaça soviética, no passado, e ao terrorismo islâmico, hoje. [...] Ao mesmo tempo, regimes de forte preponderância religiosa continuam a ser defendidos pelos Estados Unidos, na medida de suas conveniências estratégicas e econômicas. [...]O poder de Mubarak, não cabe esquecer, manteve-se com apoio do Ocidente, na medida em que representava um papel estabilizador no conflito árabe-israelense. (FESTA e paradoxo. **Folha de São Paulo**, 12 de fev.)

O autor desfaz, mais uma vez, o ponto de vista teórico que foi “deturpado”, ou, poderia ser dito em outras palavras, fugiu da sua essência. O termo “Ocidente” aparece



novamente. Além disso, o autor se referencia na ideia de, mesmo que pareça pretensiosa, a noção de “verdade universal” é verdadeira, não como ideia ocidental, mas como, realmente, “universal” (o que também aparece no início do texto quando se fala em apoio ocidental as manifestações calcadas na ideia de “valores universais”)

O autor tenta, assim, desfazer-se da noção definida como pretensiosa do Ocidente, mas se referenciando na noção de que a conquista do Estado moderno é realmente um caminho para todas as sociedades, sendo o respeito às diferenças, que o autor usa entre aspas, este caminho pacífico.

Temos então a questão que o autor considera “deturpada” anteriormente, a posição de defesa de ditaduras como mal menor, termo entre aspas, frente à ameaça soviética e o terrorismo islâmico. Cabe, aqui, a definição que o autor fez anteriormente, mas que deixa para trás. Aqui se trata do terrorismo islâmico. Termo que fecha o terrorismo aquele ligado ao islamismo, deixando de fora outras ações que não islâmicas e, ao mesmo tempo, generaliza o islamismo. Não mais o terrorismo dos “fundamentalistas” do início do texto, mas dos “islâmicos”.

E, como o autor coloca, “ao mesmo tempo” há apoio a regimes “de forte preponderância religiosa”. Aqui já não há mais o uso do termo “Ocidente”, mas “dos Estados Unidos”, demonstração de desacordo do autor, arraigado ainda mais pelo termo “conveniências” para definir a justificativa dos Estados Unidos de apoiar tais regimes.

Mas o apoio a Mubarak é “do Ocidente” novamente. Diferente da questão anterior, onde as “conveniências” foram generalizadas como “estratégicas” e “econômicas”, vemos no segundo momento, uma definição mais clara da justificativa, agora do Ocidente, para o apoio a Mubarak: seu “papel estabilizador no conflito árabe-israelense”.

Por fim, não é demasiado exagero dizer que, no Iraque e no Afeganistão, tentou-se impor a democracia pelas armas e pela ocupação estrangeira, assim como se tentou garantir o Estado laico pelos regimes de força e pela convivência com a corrupção. [...] Talvez seja nisso, com efeito, que se pode medir a diferença entre universalismo de princípios e arrogância na prática política. [...] A solidariedade com a população egípcia, fundada na esperança de que valores universais se consolidem no país, pode pouco, a rigor, diante das incógnitas do futuro. Mas que esse sentimento seja visto, ao menos, como um limite para as pretensões, tantas vezes mal-sucedidas, dos países ocidentais de intervir no destino de outros povos e de dar-lhes lições, sem condições morais nem habilidade para tanto. (FESTA e paradoxo. **Folha de São Paulo**, 12 de fev.)

O autor parece, ao fim, não achar que a ação ocidental foi habilidosa e que o Ocidente não tem moral para dar lições ao que considera, fato importante, “outros povos”.



Para o autor é nos exemplos anteriores que se mostra a diferença entre universalismo de princípios e arrogância política. O uso do termo ‘universalismo’ não parece definir, aqui, as ideias do autor, que, já mostramos, acredita na democracia e laicismo como valores universais. Para o autor a prática política utilizou uma teoria que o autor considera errada, de que essas conquistas são ocidentais para se aproveitar disso na sua política com os países árabes.

Não há, nos parece, muita clareza no texto. Parece, inicialmente, que o autor não tem total controle daquilo que deseja defender e atacar, há confusão. Além disso, podemos dizer que o texto também não é direto por iniciativa do autor, que quis ser, na medida do possível, sutil, tentando fazer desaparecer as formações discursivas e ideológicas de que parte. Essencialmente, o autor parte da ideia de que o Ocidente tomou uma lição no Egito. Seu texto, no entanto, é entremeado por um sistema de dispersão orientalista, o que demonstra aquilo que Said (1990) nos mostrou, do orientalismo como um domínio que fornece o “como dizer”.

Um dos pontos mais recorrentes da cobertura da Folha de São Paulo durante os protestos no Egito foram as possibilidades de uma democracia com a presença do grupo Irmandade Muçulmana. Seleccionamos, para uma interpretação mais demorada, a notícia do dia 4 de fevereiro, “Movimento islâmico reclama de demonização”. O texto tem dois subtítulos “Irmandade Muçulmana diz à Folha que não segue Hamas e Al Qaeda” e “Movimento de oposição a Mubarak defende que leis do Estado sejam derivadas do Corão, livro sagrado do islã”.

A Irmandade Muçulmana é totalmente diferente do Hamas e, caso chegue ao poder, não pretende nunca obrigar as mulheres a cobrir a cabeça com o véu. A promessa foi feita em entrevista à Folha por Hesham Ali, 28, um dos coordenadores das ações de caridade do controverso grupo religioso, oficialmente banido, mas na prática tolerado, pelo ditador Hosni Mubarak. (IRMANDADE muçulmana diz à Folha que não segue Hamas e Al Qaeda. **Folha de São Paulo**, 04 de fev.)

O início do texto marca algo recorrente nas notícias da FSP, a repetição de ideias dos entrevistados sem o uso das aspas. Normalmente, esta fórmula foi usada com dezenas de entrevistados que viam com ressalvas as manifestações no Egito. No entanto, nesse caso a notícia repete um posicionamento da Irmandade Muçulmana. Mesmo assim, o uso do termo “promessa” no início da frase seguinte marca que o jornal não necessariamente compartilha daquela opinião. Na frase seguinte vemos nova marcação textual de cautela, o termo “controverso” precedendo “grupo religioso”. Além disso, vemos a seguir que o grupo é “oficialmente banido, mas na prática tolerado” por



Mubarak, o que, sem uma leitura contextual ou auxílio de outras fontes não faria sentido. Só ao fim do texto a justificativa para essa frase estar ali fica aparente.

O parágrafo posterior dá conta do histórico da Irmandade Muçulmana e da possibilidade de, com a queda do regime, o grupo se tornar ainda mais influente. Depois o texto dá enfoque ao que o grupo defende e da sua ligação com grupos terroristas, ou, como algumas notícias trazem, grupos “que os EUA vêem como terroristas”:

Nos anos 80, sob inspiração do grupo nasceu o Hamas, que atualmente controla a faixa de Gaza. [...] Também se atribui à irmandade a formação do hoje número 2 da Al Qaeda, o egípcio Ayman al-Zawahiri. (IRMANDADE muçulmana diz à Folha que não segue Hamas e Al Qaeda. **Folha de São Paulo**, 04 de fev.)

Este resgate histórico não nos parece ter outra explicação senão a demonstração de que o grupo levanta suspeitas. A alusão à Al Qaeda é ainda mais significativa nesse sentido, visto que se, no caso do Hamas, o grupo serviu como inspiração, no caso da Al Qaeda o grupo foi responsável pela “formação” de Zawahiri, número 2 do grupo, ou seja, liderança só menor do que a exercida pelo número 1, nesse caso alusão clara a Bin Laden, ainda foragido na época.

Segundo Hesham, a comparação com o Hamas não cabe, porque a irmandade, ao contrário do grupo palestino, não tem uma agenda militar nem propaga ideias extremistas. ‘Condenamos a Al Qaeda e qualquer outro grupo que cometa atos violentos’, diz. Hesham também vê diferença de prioridades. ‘As pessoas no Ocidente não percebem que a Irmandade Muçulmana não é o grupo extremista que a mídia demoniza’, disse. (IRMANDADE muçulmana diz à Folha que não segue Hamas e Al Qaeda. **Folha de São Paulo**, 04 de fev.)

O uso do termo “segundo” é naturalizado no jornalismo e estabelece distância do veículo com a opinião do entrevistado. No entanto, a falta de aspas nesse segmento não deixa claro quem considera que o Hamas “tem agenda militar” e “propaga ideias extremistas”, se o entrevistado ou se o autor do texto, assim como não se sabe se a ideia de comparar os dois grupos parte do entrevistado ou se é uma reação de um questionamento do autor do texto. Vale ressaltar também o uso do termo “extremista”, não o termo “fundamentalista”, usado no editorial analisado acima. Tal uso pode ser visto também na frase do entrevistado, o que pode ser um indício da apropriação do discurso do entrevistado, algo que já comentamos na análise do início do texto.

Logo na sequência da declaração segue um novo segmento do texto, sob o subtítulo “Estratégia”:

Vestindo jaqueta de couro por cima de uma camisa de botão e falando um inglês fluente, ele tem o típico perfil dos membros que a



organização utiliza para seu contato com a mídia ocidental. (IRMANDADE muçulmana diz à Folha que não segue Hamas e Al Qaeda. **Folha de São Paulo**, 04 de fev.)

Inicialmente percebemos a definição do entrevistado, dando evidência ao seu modo de se vestir e de falar. A seguir o autor trata esse perfil como “típico” da organização. Aí fica evidente a avaliação do “dito” e do “não-dito” categorizada por Pêcheux (1997a) e Orlandi (2005). Há uma escolha, nesse caso, de *dizer*, de deixar claro um perfil, de definir o entrevistado por seus modos, algo que não é tão comum no gênero notícia, mas que aqui é colocado em jogo. Para o autor a organização “utiliza” esse perfil para seu contato com o que define como “mídia ocidental”, referendando a sua mídia também como parte desse grupo e colocando o termo “utilizar” assim como um *modus operandi*, o que fica implícito no dito, não fica aparente, mas que nos parece estar por trás dessa noção de “utilização” de um perfil, é a ideia de que aquele não é o perfil de toda a organização, mas da parte que mantém contato com a mídia ocidental. O termo ocidental também recorta uma parte da mídia do todo, afinal não se fala em uma “mídia estrangeira”, que abarcaria toda a mídia que não a egípcia.

Na sequência a definição do entrevistado segue: “Hesham é engenheiro civil, aparenta cordialidade e responde a qualquer questão, como se estivesse executando a missão de restaurar a imagem negativa do grupo, tido como instigador do radicalismo islâmico moderno.” (IRMANDADE muçulmana diz à Folha que não segue Hamas e Al Qaeda. **Folha de São Paulo**, 04 de fev.)

O autor aqui coloca-se a distância das noções do seu entrevistado. É o entrevistado que executa uma missão de restauro da imagem negativa. Não necessariamente o autor vê esta imagem ou considera que o entrevistado realmente a execute. No entanto, a definição do grupo, feita na última frase do excerto, é de “instigador do radicalismo islâmico moderno”. Uma denominação cheia de premissas: 1. O termo “tido” tenta estabelecer que a definição não é do autor; 2. Instigador já estabelece que o grupo não é radical, mas que dá as bases, instiga, na definição do autor, esse radicalismo; 3. O termo aqui passa a ser radical, não mais extremista como antes no mesmo texto ou fundamentalista, como no editorial analisado; 4. O termo islâmico, define o termo radicalismo, adjetiva o radicalismo do qual o texto fala, não de todo e qualquer radicalismo, mas o islâmico; 5. Finalmente, o termo moderno segue a mesma linha do ponto 4, define qual é o radicalismo islâmico de que trata, além disso, o termo parte de uma memória discursiva (ORLANDI, 2005) diferente da definição usada no editorial analisado, aqui “moderno” se refere ao período histórico mais recente, contemporâneo.



Assim, mesmo que o autor tente desfazer-se da sua individualidade para tornar o texto “limpo”, a noção no fim do parágrafo vem cheia de premissas do autor a partir das condições de produção e da interpelação deste pela ideologia.

Os parágrafos seguintes descrevem as atividades da organização durante os protestos, com vários trechos da entrevista utilizados. Ao fim, vemos a definição que faltava para a frase no início do texto, da organização como oficialmente proibida, mas na prática tolerada: “Lançando independentes (é banida de atuar como partido), a irmandade obteve 20% das cadeiras do Parlamento nas eleições legislativas de 2005”(IRMANDADE muçulmana diz à Folha que não segue Hamas e Al Qaeda. **Folha de São Paulo**, 04 de fev.). Ou seja, a organização não pode atuar como partido, por isso seu *status* de “banida”, mas atua com candidatos independentes, chegando até a ganhar parte considerável das cadeiras do Parlamento egípcio, o que, para o autor, mostra tolerância do regime com o grupo.

Considerações finais

Neste nosso trabalho não procuramos qualquer formação discursiva, mas aquela especificamente orientalista. Nas centenas de textos se manifestaram diversos excertos que se encontram com as teorias de Said (1990). Deles, mostramos dois a procura de uma análise mais profunda, tentando compreendê-los mais densamente.

A partir disso percebemos o uso de alguns termos, por exemplo, trazendo em si memórias discursivas e, dirão Pêcheux (1997a) e Orlandi (2005), elementos ideológicos. Um bom exemplo disso é a dificuldade de definição entre “radicais”, “extremistas” e “fundamentalistas”. Os três termos trazem memórias discursivas diferentes e o sujeito ao usar um e não o outro involuntariamente se inscreve em determinada formação discursiva, influenciado por formações ideológicas das quais pode nem imaginar estar inscrito. Seguindo no mesmo exemplo, percebemos no trabalho de Castro (2007) que o uso do termo “fundamentalista” era bastante recorrente tanto antes quanto depois de 11 de setembro. Agora, se fôssemos comparar, diríamos que este uso já não é mais tão presente nos veículos analisados. Substitui-se, muitas vezes, “fundamentalista” por “extremista” para definir grupos como a Al Qaeda, o que, se pensarmos etimologicamente, faz grande diferença. Centrando-se novamente no discurso, podemos dizer, contanto, que se definiu como sinônimos, fundamentalista/extremista/radical como terrorista. Sendo até mesmo desnecessário o uso do termo “terrorista” no texto.



Indo além destas considerações pontuais, podemos dizer que, utilizando-nos dos termos saidianos, prevaleceu uma visão orientalista, que se constitui nos sistemas de dispersão do discurso⁴ que deram origem a algumas regras de formação. As regras de formação que partimos são aquelas definidas por Said ao tratar do orientalismo, certos dogmas orientalistas. Destes dogmas, podemos dizer que o segundo, que trata da definição do oriente “clássico”, foi visto poucas vezes na superfície do texto. Quanto aos outros, foi possível percebê-los com bastante facilidade. A ideia de um Oriente inferior é bastante comum e, percebemos na prática, dá as bases para o quarto dogma citado por Said, do temor ou do controle. Pareceu lógico ao sujeito discursivo iniciar demonstrando a inferioridade do Oriente para então demonstrar como devemos temê-lo ou, sempre que possível, controlá-lo.

O que acompanhamos de forma mais aprofundada e tentamos demonstrar com os dois exemplos citados foi uma visão generalizante. Não se trata, por exemplo, do egípcio simplesmente, fala-se em uma realidade árabe; assim como não se trata de um grupo terrorista, mas do terrorismo islâmico. Os dogmas apresentados por Said (1990) vão, assim, se entrecruzando, um dá as bases para justificar o outro sem que se saiba qual deles pode ser um dogma inicial. Assim, também os limiares destes dogmas não passam de uma ferramenta de teorização, sendo possível afirmar que eles são um conjunto quase único. Nosso desafio à teoria do orientalismo de Said acabou comprovando a validade dos dogmas apresentados pelo autor, com a demonstração de que a abstração de Said se demonstrou na realidade da cobertura do jornal Folha de São Paulo à revolução egípcia de 2011.

⁴ Os sistemas de dispersão são a base do pensamento de formação discursiva de Michel Foucault. Apesar de não termos incluído neste trabalho uma menção mais abrangente a essas noções foucaultianas, elas deram as bases para as noções de formações ideológicas de Pêcheux, o que nos inscreve nos estudos de obras como *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro, 2008).



Referências bibliográficas

CASTRO, I. C. S. de. **Orientalismo na imprensa brasileira**: a representação de árabes e muçulmanos nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo antes e depois de 11 de setembro de 2001. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Árabe) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997. cap 4, p. 163-252.

SAID, E. W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

Matérias citadas

FESTA e paradoxo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 de fev. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/02/12/2/5530554>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

IRMANDADE muçulmana diz à Folha que não segue Hamas e Al Qaeda. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 de fev. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/02/04/2/5529433>>. Acesso em: 14 mar. 2012.